

Justiça em

ano III - junho 2009 - número 11



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

Tecnologia audiovisual para gravação de audiências

Expectativas e opiniões quanto ao projeto piloto testado em varas federais da Justiça Federal de São Paulo.

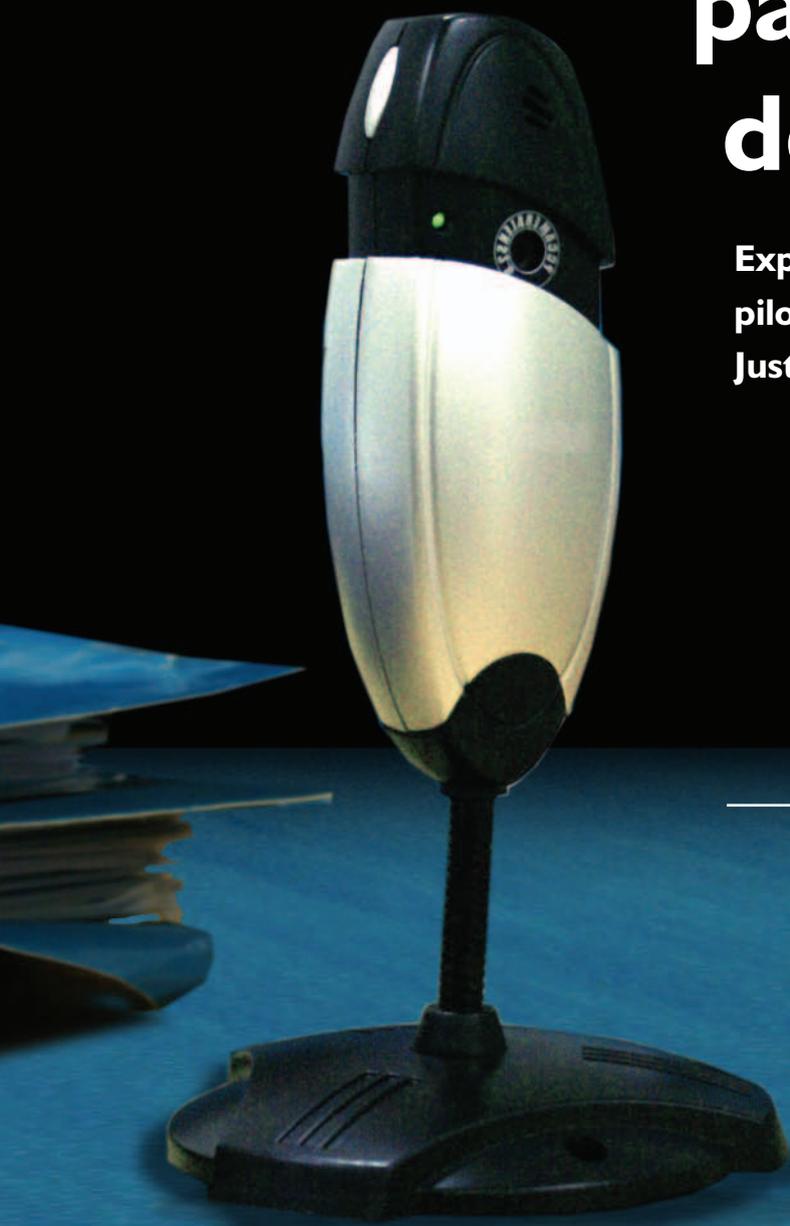
NESTA EDIÇÃO

CENTRAL DE HASTAS PÚBLICAS, 1 ANO

TREINAMENTO EM 2009

ESTÁGIO NA JUSTIÇA FEDERAL

**DESAFIOS NA ADMINISTRAÇÃO
DE VARA MISTA COM MAIS DE
10 MIL PROCESSOS**



Comunicação e transparência

Há quase dois anos no gerenciamento da produção da Justiça em Revista, minhas preocupações sempre são reunião de pauta, assuntos, produção e tratamento de imagens, prazos, anúncio da contracapa, editoração, capa, aprovação, impressão, edição virtual, recebimento e, finalmente, distribuição. Entre as duas últimas etapas, o ciclo se reinicia com mais uma reunião de pauta para a próxima edição. Nesta Revista somou-se uma etapa interessante: escrever este editorial. Junto ao trabalho de produção da revista, outras atribuições sempre são somadas para dar um toque a mais e, deste modo, a rotina vive bem longe da nossa área.



informa seu público interno, a principal engrenagem deste motor chamado Justiça. Não é à toa o crescimento de campanhas internas, na qual destaco: treinamentos, ações de saúde, eventos jurídicos, palestras e filantropia.

Fico motivado ao participar destes projetos com a minha equipe, seja elaborando campanhas ou atendendo jornalistas, pois é a forma de mostrar o valor e o papel da

Nos últimos anos, não só aqui, mas em todo Poder Judiciário, estratégias de comunicação vem ganhando um papel importante na transparência da Justiça Federal brasileira. Há grande mobilização de servidores e magistrados que querem tornar a instituição mais próxima da população e de seus funcionários. Diversas “vias” estão sendo utilizadas para este fim. A Justiça em Revista é uma delas e seu foco está dividido em duas frentes: Administração Pública e Direito. Veiculamos informações, projetos e ações. A tiragem de 5 mil exemplares é distribuída a todos os servidores e magistrados do Estado de São Paulo e áreas de comunicação das demais Seções Judiciárias e Tribunais Regionais Federais do país.

A outra “via” muito presente é o trabalho de assessoria de imprensa. Publicamos de forma jornalística e didática as decisões judiciais e auxiliamos na divulgação e no entendimento para a população e para a mídia, fonte principal da opinião pública. Diariamente notícias sobre a Justiça Federal preenchem os jornais, revistas, rádios e emissoras de TV. Se durante os anos 80 o assunto era economia, devido aos planos econômicos e mudanças de moedas, agora é a vez do Judiciário estar presente, mostrando seu trabalho e seus resultados. E o melhor: pouco a pouco, desmitifica-se sua velha imagem.

Por meio da comunicação interna, o chamado *endomarketing*, a administração da JFSP integra, motiva e

comunicação estratégica. Inclusive desta Revista, que nesta edição destaca a matéria sobre a tecnologia audiovisual de gravação de audiências, ainda em teste na JFSP, mas que nos apresenta um exercício de futurologia, mostrando como este projeto pode ser um dos possíveis caminhos para agilizar e modernizar as audiências. No espaço Boas Práticas os magistrados relatam os desafios e prioridades na administração com vara mista com mais de 10 mil processos. A matéria sobre estágios mostra o importante elo entre o trabalho e aprendizado que se estabelece na relação da instituição com os estagiários, uma via de mão dupla onde todos ganham. Ainda na área de Recursos Humanos fizemos um levantamento da previsão de cursos em 2009, alguns desses integrantes do Programa Nacional de Capacitação.

Além das seções habituais, a edição n.º11 inaugura dois novos espaços: cartas e dicas de saúde. O primeiro abre o canal de comunicação entre os leitores e a Revista, sendo um espaço destinado a elogios, sugestões de matérias e críticas. No segundo, publicaremos importantes dicas de saúde, vitais para o nosso dia-a-dia.

Por fim, encerro esta resenha agradecendo toda minha equipe nas duas frentes de trabalho: editoração e jornalismo. Ambas desenvolvem seus talentos e profissionalismo diariamente, mostrando o que cada um pode oferecer de melhor para a instituição.

Helio C. Martins Junior

Diretor do Núcleo de Comunicação Social

ÍNDICE

Aconteceu:	03
Administração: Treinamento em destaque	04
Judiciário: Central de Hastas Públicas Unificadas, 1 ano de conquistas	05
Tecnologia: Gravação de audiências em audiovisual	06
Boas Práticas: Desafios e prioridades na administração de vara mista com mais de 10 mil processos	08
Recursos Humanos: Estágios na Justiça Federal	10
Entretenimento e Cultura.....	11
Dicas de Saúde	11

EXPEDIENTE

Diretora do Foro: juíza federal Renata Andrade Lotufo. Vices-diretores do foro: juíza federal Raecler Baldresca e juiz federal Rodrigo Zacharias. Diretora da secretaria administrativa: Rosinei Silva. Diretor do Núcleo de Comunicação Social: Helio C. Martins Jr. Seção de Multimídia e Audiovisual: Gerrinson Rodrigues de Andrade e Christiane Amélia Martins Fonseca; Seção de Produção de Texto e Atendimento à Imprensa: Ricardo Acedo Nabarro, Dorealice de Alcântara e Silva, Elizabeth Branco Pedro e Viviane Ponstinnicoff, estagiária: Erica Costa. Visite também a versão virtual da revista em <http://intranet.jfsp.jus.br/revista/index.htm>. Contato: jf-imprensa@jfsp.jus.br.

Fotos: Helio C. Martins Junior e Viviane Ponsimicoff



JF ASSIS COMEMORA 10 ANOS COM SEMANA JURÍDICA * - A Justiça Federal da cidade de Assis comemorou nos dias 22, 23 e 24 de abril seus dez anos com a “Jornada de Estudos Jurídicos de Assis”. Além da semana jurídica, os servidores de Assis também comemoraram o novo Fórum da cidade, que está previsto para ser inaugurado até o final de 2009.

Fotos: Gernisson R. de Andrade



ALMOÇO DO SABER PROMOVE CICLO DE PALESTRAS * – A parceria firmada entre a Justiça Federal de São Paulo e o Ministério Público Federal promoveu o “Almoço do Saber”, evento realizado entre os dias 24 de março e 6 de abril no auditório do Juizado Especial Federal de São Paulo. As palestras foram transmitidas por videoconferência para todas as seções judiciárias dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. O evento foi aberto pelo procurador da República Jeferson Aparecido Dias com a palestra “A prestação de serviços públicos para pessoas idosas diante do envelhecimento da população”.

Fotos: Gernisson R. de Andrade e Viviane Ponsimicoff



Fotos: Helio C. Martins Junior

II WORKSHOP SOBRE PENHORA E AVALIAÇÃO DE BENS - Analistas judiciários, executantes de mandados, diretores de secretaria e servidores da área de penhora e leilão reuniram-se no II Workshop Sobre Penhora e Avaliação de Bens que aconteceu no dia 19 de fevereiro, no Fórum de Execuções Fiscais de São Paulo. O evento foi organizado em razão da implantação da Central de Mandados Cíveis.

JUSTIÇA FEDERAL COMEMORA DIA INTERNACIONAL DA MULHER Foram realizados no dia 8 de março, eventos, palestras e sorteios de brindes em comemoração ao “Dia Internacional da Mulher”. As atividades tiveram início desde o dia 6 de março. A diretora do foro da Justiça Federal, Renata Andrade Lotufo, falou às servidoras por meio de um vídeo gravado, que também foi transmitido por videoconferência para as outras subseções judiciárias.

Fotos: Helio C. Martins Junior



CENTRAL DE MANDADOS UNIFICADA É INAUGURADA EM SÃO PAULO * - A Justiça Federal de São Paulo de 1º Grau realizou, no dia 17 de março, a inauguração da Central Unificada de Mandados. Estiveram presentes a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargadora federal Marli Ferreira e o juiz federal coordenador da Central Unificada Paulo César Conrado, entre outros juizes e autoridades. “Oferecemos a possibilidade das pessoas participarem das grandes discussões jurídicas de forma interativa”, disse a presidente do TRF3.



*Assista ao vídeo no espaço multimídia da Revista virtual em: <http://imprensa.jfsp.gov.br> ou pela internet no endereço: www.jfsp.jus.br no botão: **imprensa > videoteca virtual.**

Treinamento em Destaque

Elizabeth Branco Pedro

A Justiça Federal de São Paulo tem como meta agilidade e qualidade para a prestação jurisdicional da instituição. Para isso, investe em tecnologia de ponta e na melhoria das instalações dos vários setores que compõem os fóruns federais de sua jurisdição.

Os procedimentos específicos de cada área e os novos sistemas utilizados para otimizar o tempo gasto na execução das tarefas necessitam de treinamento especializado de servidores. A seleção dos meios necessários à capacitação dos servidores envolvidos em cada uma dessas ações está sob a responsabilidade da Seção de Treinamento e Desenvolvimento, SUTD. “E quando se fala em ‘capacitação e desenvolvimento’ dá-se ênfase à área comportamental e às relações interpessoais, área nevrálgica e de suma importância para o bom andamento das atividades e saúde das equipes” enfatiza Gisele Molinari Fessore, supervisora da SUTD.

Gisele relata que a elaboração do Programa Anual de Treinamento e Desenvolvimento atende ao disposto na legislação vigente, bem como o PNC - Programa Nacional de Capacitação dos Servidores da Justiça Federal (aprovado em agosto/2007). “Também damos continuidade aos programas que estão em andamento na Seção Judiciária”, conta.

Os programas de treinamento destinam-se a todos os magistrados e servidores dos fóruns e juizados da Justiça Federal de São Paulo, sendo que cada curso busca atender a um número maior de servidores para cada ação.

Veja abaixo um panorama das diversas ações executadas pelo SUTD.

PROGRAMAS ANUAIS DE CAPACITAÇÃO. 1. Programa de Desenvolvimento Gerencial, PDG, para diretores/supervisores 2. Programa de Desenvolvimento do Servidor, PDS, para servidores. 3. Programa Formando Líderes: Banco de Diretores, para diretores. 4. Formação de Brigada de Incêndio, para servidores.

CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA PROMOÇÃO: A Portaria Conjunta nº 01/07, Lei 11416/06 de 15/12/06, determina a participação de pelo menos 80 horas para a Progressão Funcional do servidor na mudança de classe (ex.: B6 para C11), assim a instituição deve oferecer oportunidade de capacitação para todos os servidores.

CURSOS PARA AGENTES DE SEGURANÇA. Reciclagem.

CURSOS ESPECÍFICOS. As áreas interessadas solicitam cursos apresentando justificativa técnica, indicação das empresas para contratação e dos servidores que participarão do curso, através de formulário disponível no “KIT Treinamento”, intranet/formulários/servidores, com antecedência de, no mínimo, 30 dias úteis.

APOIO PEDAGÓGICO PARA CURSOS. Apoio aos setores que desejam montar um curso, palestra, encontros, workshops e demais atividades de capacitação. Devem ser solicitados com antecedência de, no mínimo, 30 dias.

TREINAMENTO/EVENTOS NÃO INSTITUCIONAIS. Os deslocamentos para participação em cursos sem custo, mas com pagamento de diárias, autorizados pela administração necessitam de comunicação à SUTD para verificação de disponibilidade orçamentária, sem prejuízo para as ações já programadas.

PESQUISA ANUAL. Levantamento das Necessidades de Treinamento, LNT, todo final de ano é feita uma pesquisa por *e-mail* com os gestores/servidores para apurar as necessidades de treinamento. As informações obtidas a partir das avaliações de desempenho, acompanhamento funcional e estatísticas de afastamento também são consideradas na elaboração do Programa de Treinamento.

Ações de Desenvolvimento realizadas em 2009 (primeiro trimestre)

Workshop: Penhora e Avaliação de Bens; Ambientação Institucional; Rally Empresarial para magistrados e diretores; Almoço do Saber; Palestras Qualidade de Vida e Dia da Mulher. Total de 771 participações.

Ações de Desenvolvimento programadas para 2009 (fase de aprovação pela Diretoria)

Programas de Desenvolvimento Gerencial (diretores, supervisores, oficiais de gabinete) e Desenvolvimento do Servidor (servidores); Formando Líderes (Banco de Diretores); Reciclagem anual (agentes de segurança); Formação de Brigada de Incêndio (servidores). Projeção de 2342 participações.

Central de Hastas Públicas Unificadas, 1 ano de conquistas

Helio Martins Jr

A Central de Hastas Públicas Unificadas (CEHAS) comemorou em 1º de abril de 2009 um ano de existência, inovando a forma de realização de leilões judiciais no Fórum de Execuções Fiscais. Criada pela Resolução n.º 315, de 12 de fevereiro de 2008, a CEHAS tem como meta aprimorar constantemente todas as etapas envolvidas na realização de um leilão e, com isso, torná-lo mais efetivo, possibilitando maior arrematação de bens penhorados em processos da Justiça Federal de São Paulo.

No começo dos trabalhos, os principais desafios foram demonstrar a viabilidade e as vantagens da realização de leilões de forma unificada. A hasta pública diferencia-se dos leilões convencionais por realizar diversos editais de diferentes varas federais, conjuntamente, em um único leilão.

A CEHAS iniciou os trabalhos com 14 varas federais e atualmente organiza os leilões de 54 varas federais de diversos fóruns da Grande São Paulo e do interior/litoral: Sorocaba, Campinas, Araraquara, Marília, Tupã, Bauru, São José dos Campos, Santos e Ourinhos. Além disso, a CEHAS supervisiona o leiloeiro nomeado que realiza intensas divulgações dos bens. Esta publicidade direcionada atinge mais pessoas interessadas em arrematar os itens do leilão, diferentemente de quando o edital é publicado somente no Diário Oficial. Observa-se que o público vem aumentando gradativamente e se verifica o aumento do número de arrematações, valores arrecadados, pagamentos e acordos realizados para o encerramento do processo após a designação do leilão.

Neste período, os bens leiloados mais comuns foram carros, imóveis e máquinas industriais. Surgiram também bens incomuns, como melancia, fralda descartável, bala de coco, parafusos e esmeralda.

Em certa ocasião, a CEHAS recebeu dois lotes contendo armas e munições - produtos estes controlados pelo Exército Brasileiro. Para garantir a idoneidade do certame, os coordenadores da Central contactaram a Divisão de Produtos Controlados daquele órgão, que enviou dois oficiais para prestar todo o apoio necessário. Outro caso interessante foi uma arrematação ocorrida em primeiro leilão, cujo lance mínimo era de R\$ 4,8 milhões. Este lote foi arrematado por R\$ 9,3 milhões, fato inusitado nesta fase. Em cada lance, o valor superava muito o anterior, com uma diferença de até R\$ 1 milhão.

Outro fato importante a ser destacado no sucesso dessa nova sistemática foi a ampliação de competência que resultou na realização de dois leilões de bens inservíveis da Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo, nos quais houve 100% de êxito nas arrematações. Ao

Valores (R\$) da criação da CEHAS até abril de 2009

R\$ 57,2 milhões

leilões judiciais ocorridas em 2008/2009

R\$ 143.240,00

leilões extrajudiciais 2008/2009

R\$ 27 milhões

Parcelamentos/pagamentos em processos com leilões designados (2008)



realizar tantos leilões, a CEHAS identificou fatores que geravam pequenos entraves. Assim, a coordenação vem trabalhando em aprimoramentos e melhorias, como:

- trabalho realizado com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional visando o aperfeiçoamento do procedimento de parcelamento da arrematação;
- realização de workshops para os oficiais de justiça e servidores de secretaria de vara, o que resultou em um Manual. Este tem como principal escopo o aperfeiçoamento e padronização dos procedimentos relativos à Penhora e Avaliação de Bens;
- verificação dos procedimentos a serem adotados para a alienação de produtos controlados em hasta pública, a exemplo dos combustíveis, armas e munições, remédios, produtos químicos, com a colaboração do Exército, Polícia Federal e Polícia Civil.

No dia 17 de março deste ano, durante a inauguração da Central Unificada de Mandados da capital, a desembargadora federal presidente do TRF3, Marli Ferreira, citou em seu discurso o sucesso da Central de Hastas Públicas e elogiou os trabalhos da juíza federal coordenadora da CEHAS, Lesley Gasparini. A Justiça em Revista fez algumas perguntas para a juíza federal. Leia a entrevista abaixo:

JR: Na inauguração da Central Unificada de Mandados, a presidente do TRF3 elogiou os trabalhos da CEHAS. Qual o sentimento, após este um ano de trabalhos bem sucedidos?

LG: Eu me sinto satisfeita e agradeço a consideração demonstrada. Nos esforçamos ao máximo para atender as expectativas depositadas nesse projeto e, neste particular, gostaria de destacar que o sucesso neste primeiro ano só foi possível em razão do empenho da equipe da CEHAS, do apoio da Diretoria do Foro, na pessoa da Dra. Renata Andrade Lotufo, da Presidência do TRF3, no comando da Dra. Marli Ferreira, e da confiança das varas e dos juizes, que nos estimulam a continuar melhorando os serviços cada vez mais.

JR: Quais os planos para o futuro da CEHAS? Há previsão de alguma melhoria e/ou ampliação?

LG: Pretendemos aumentar progressivamente a efetividade dos leilões judiciais e atender com qualidade todas as varas que desejarem aderir aos serviços da CEHAS.

Gravação de audiências em audiovisual

Ricardo Acedo Nabarro

Duas varas criminais de São Paulo e uma de Guarulhos começaram a testar o sistema de gravação de audiências em audiovisual utilizando *webcam* (mediante inscrição e sorteio). Com o novo sistema, a íntegra da audiência fica registrada no processo, no formato de CD ou DVD, mostrando inclusive as reações emocionais de quem foi interrogado. A previsão é de que seja implantado nas 84 varas criminais federais da 3ª Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul), podendo inclusive ser estendido para as demais varas não especializadas.

O sistema é bem simples. Quatro *webcams* e quatro microfones são ligados a uma mesa de som na sala de audiência, tudo conectado ao computador onde foi instalado o programa. Após o término das gravações, o conteúdo é transportado para o servidor do tribunal numa espécie de “pacote fechado”, que impossibilita qualquer tipo de edição e “com total segurança”, afirma Luís Gustavo Salatino, da empresa Kenta Informática.

“Eu acho ótimo, vem atender uma determinação legal proposta pela Lei 11.719/2008, que permite a gravação dos depoimentos por audiovisual”, diz o juiz federal Nino Oliveira Toldo, titular da 10ª Vara Criminal Federal de São Paulo. Em testes naquela vara desde o início de abril, o sistema se mostrou eficiente. “Tem sido satisfatório. À medida que fizemos algumas audiências, verificamos pequenas inconsistências que foram prontamente resolvidas pela empresa responsável pelas gravações”, afirma o juiz.

Para Nino Toldo, a utilização do novo sistema é um avanço enorme rumo a efetividade do processo penal. “Antes fazíamos a chamada ‘redução a termo’, ou seja, o juiz ditava ao assistente um resumo do que a pessoa dizia na audiência. Agora não. Com a gravação audiovisual guarda-se o inteiro teor do que a pessoa disse de forma fidedigna, inclusive com as nuances emocionais da testemunha ou do acusado, possibilitando que em grau de recurso o tribunal possa avaliar esses aspectos”.

Também favorável ao uso do sistema, o juiz federal Alessandro Diaferia, titular da 4ª Vara Federal de Guarulhos, ressalta que o procedimento permite rever os depoimentos na íntegra, possibilitando ao juiz ter mais sensibilidade na hora de proferir a sentença. “Aqui tem sido muito útil porque podemos lembrar de detalhes que chamaram a atenção durante a audiência, são peculiaridades importantes para a convicção do juiz antes da sentença”, diz.

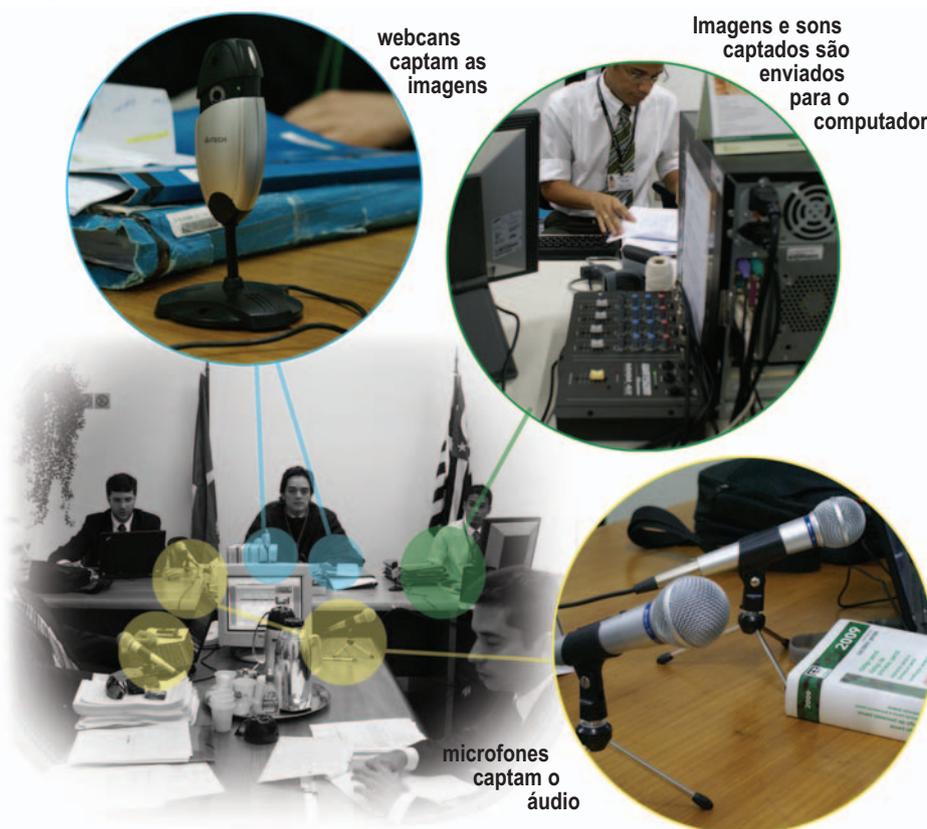
Alessandro Diaferia conta que a novidade ainda causa certo espanto em quem está depondo. “Algumas testemunhas se impressionam pelo fato de estarem sendo filmadas, mudam de postura ao perceberem que o que estão dizendo vai realmente constar no processo”. E aponta outro aspecto importante para a economia processual. “Podemos disponibilizar para as partes os arquivos de mídia contendo os depoimentos, e isso pode ser feito na própria audiência. Não é necessário requerimento para extração

de cópias nem recolhimento de custas, basta que a parte traga um CD ou *pendrive*”.

O juiz destaca que a gravação em audiovisual proporciona melhor repercussão das provas nos tribunais. “Nós, juízes e atores forenses de primeiro grau, temos contato direto com a prova, assistimos à audiência, vemos os depoimentos, enquanto que o juiz do tribunal está mais distante dos fatos e das partes envolvidas no processo.

Com o registro em audiovisual, é possível que o desembargador, o ministro ou até os membros do Supremo Tribunal Federal vejam a audiência e formem a convicção própria diante da prova dos autos, se for o caso”.

Presente numa das audiências realizadas em Guarulhos,



o advogado Ariano Teixeira acha que o novo sistema traz impulso para a celeridade dos processos. “No Judiciário as novas tecnologias demoraram muito para chegar. Com a gravação audiovisual, uma audiência que poderia durar horas é realizada em minutos. Mas ainda acho que é cedo ser a favor ou contra as tecnologias. Elas devem ser usadas, desde que se tomem os devidos cuidados”.

Para o procurador da República em Guarulhos, Vicente Mandetta, o sistema possibilita melhor prestação jurisdicional, tornando o trabalho mais célere, “haja vista que antes era preciso parar a todo momento para ditar o termo, e isso nem sempre ocorria de forma fidedigna”. Em sua opinião, trazer a tecnologia para o Judiciário é extremamente necessário. “Não há como fugir desse avanço. Nos juizados, por exemplo, o processo já é totalmente virtual, agora acredito que o próximo passo seja a justiça comum. Só o tempo dirá se essas tecnologias vieram para ficar ou não”, opina.

Na 9ª Vara Criminal Federal de São Paulo os testes também se mostraram positivos. “Por enquanto estou achando muito bom para o andamento dos trabalhos. Nessa fase (piloto) registramos várias audiências e não tivemos nenhum incidente, todos os registros ficaram disponíveis para consulta”, conta a juíza federal substituta Mônica Aparecida Bonavina Camargo.

Mudança de paradigma

Um dos pontos controversos, que ainda gera resistência por parte de alguns magistrados, está no fato dos depoimentos serem anexados aos autos em forma de CD ou DVD, não sendo mais necessária a sua transcrição no papel. Dessa forma, para consulta posterior, o juiz terá de “assistir” ao depoimento no computador ao invés de consultá-lo no papel. Para aqueles menos familiarizados com a informática, isso pode significar dificuldade na hora de analisar os dados coletados, principalmente na localização de trechos específicos em audiências mais longas e complexas.

Para o juiz Nino Toldo, o caminho do processo eletrônico está traçado e é inevitável. “A guarda digital dos autos será muito melhor. Eu creio que é um sistema sem volta, nós temos que avançar para isso, deixar de lado qualquer preconceito ou resistência ao que é novo e utilizarmos todos os meios modernos, tecnológicos, para que se tenha mais efetividade no processo penal sem a perda de sua essência”, opina.

Vale destacar o que diz o artigo 405 da Lei 11.719/2008, que alterou recentemente o Código de Processo Penal (de 1941): “§ 1º - Sempre que possível, o registro dos depoimentos do investigado, indiciado, ofendido e testemunhas será feito pelos meios ou recursos de gravação magnética, estenotipia, digital ou técnica similar, inclusive audiovisual, destinada a obter maior fidelidade das informações; § 2º - No caso de registro por meio audiovisual, será encaminhado às partes cópia do

registro original, sem necessidade de transcrição”.

O método de “redução a termo”, utilizado até hoje na maioria das varas, funciona da seguinte maneira: o depoente responde ao questionamento do juiz e este repete aquilo que foi dito para um funcionário digitar a informação no computador. Por necessidade o juiz resume o teor do depoimento, até porque não há como traduzir e registrar com palavras escritas todos os detalhes ocorridos numa conversa verbal.

Favorável à gravação audiovisual das audiências, a juíza Mônica Camargo ressalta que será preciso um tempo para se adaptar à nova maneira de consultar os autos com os depoimentos gravados em CD ou DVD. “Teremos de nos adaptar à nova forma de consulta desses elementos de prova, mas acho que o sistema facilita bastante o trabalho durante a audiência; não precisaremos mais ditar novamente tudo o que a pessoa falou no depoimento”.

Mais rapidez e fidelidade

Uma das grandes vantagens do sistema está na agilidade que ele traz para a realização da audiência. “A vantagem é enorme na dinâmica do processo. Para se ter uma idéia, um depoimento que levava 20 minutos para ser tomado em sua inteireza com a redução a termo, impressão e assinatura, pode levar apenas cinco ou seis minutos com a gravação audiovisual”, afirma Nino Toldo.

Para ele, esse avanço tecnológico é importante porque não gera perda da essência daquilo que foi dito, ao contrário, guarda-se com mais fidelidade os depoimentos. “É importante que os juízes e membros dos tribunais superiores aceitem a tecnologia e vençam qualquer preconceito ou resistência sobre essa modernidade, que é muito boa”, disse.

Da mesma maneira, a juíza Mônica Camargo recorda que cada vez mais os juízes precisam lidar com novas tecnologias nos processos. “Já manuseamos vídeos gravados com autorização judicial, manipulamos constantemente áudios de interceptações telefônicas e arquivos obtidos em buscas e apreensões, portanto, o contato com a mídia digital já existe”, diz. Em sua opinião, as novas tecnologias são bem-vindas e aproximam o Judiciário do desenvolvimento. “Creio que a gravação audiovisual só vem aprimorar o contato com a mídia digital, e essa mudança de paradigma vem colaborar com isso”.

O juiz Alessandro Diaferia acredita que sem a utilização de novas tecnologias o Judiciário não vai conseguir cumprir as determinações constitucionais, principalmente no quesito da celeridade processual. “O número de demandas não pára de crescer, especialmente na matéria criminal, sem falar na complexidade dos feitos. O Judiciário precisa se adaptar aos novos tempos. Não adianta esperarmos que a realidade se modifique, é melhor que nós mesmos nos modifiquemos na busca de mais eficiência”, finaliza.

Neste número os magistrados federais Heraldo Garcia Vitta, diretor da 8ª Subseção Judiciária de Bauru, e Cristiane Farias Rodrigues Dos Santos, diretora substituta da 9ª Subseção Judiciária de Piracicaba, abordam quais as soluções encontradas para administrar as varas “gigantes”, com mais de 10 mil processos.

Desafios e prioridades na administração de vara mista com mais de 10 mil processos



PIRACICABA
Cristiane Farias Rodrigues Dos Santos
Juíza Federal
1ª Vara Federal de Piracicaba

Trabalhar em uma vara mista com mais de dez mil processos é um grande desafio para um juiz federal, uma fonte de aprendizado inesgotável, porque há tantas limitações, que obrigatoriamente a única forma de vencer a demanda e a pressão do trabalho jurisdicional é usando toda a nossa criatividade. Sou juíza federal titular da 1.ª Vara Federal de Piracicaba, desde janeiro de 2006. Nessa época, quando de minha promoção, tínhamos 13.693 processos em tramitação, e, atualmente (março/2009), 11.740. Houve uma redução de 1.953, ou seja, 14% do acervo. Conclusos para sentença eram 1.163 e agora estamos com 151, redução de 1.012, ou seja, 87%.

Embora os números indicados ainda sejam assustadores, foi uma grande conquista para todos nós a diminuição do acervo sem o auxílio externo.

Tivemos de traçar verdadeiras táticas de guerra para diminuir o acervo. Em 2006, eu estava sozinha na jurisdição da 1ª Vara Federal, eu e 12 funcionários. Recordo-me de que nessa época recebia cartinhas de senhoras aposentadas reclamando da demora na tramitação de seus processos, então eu solicitava ao gabinete que lhes respondessem para dar satisfação ao jurisdicionado.

Os números da 9ª. Subseção de São Paulo são fora do comum, há uma distribuição de mais de duzentos processos ao mês, fora o acervo que recebemos do Tribunal e do arquivo. A região de Piracicaba é muito rica, a 5ª colocada entre as maiores cidades exportadoras no Estado de São Paulo, segundo o Banco Mundial. Sua posição geográfica aliada à aptidão para o desenvolvimento de energias renováveis, tais como etanol e biodiesel, atraem várias empresas para a região, aumentando a renda *per capita* e conseqüentemente atraindo mais empresas e pessoas, o que explica o expressivo número de ações previdenciárias, as muitas audiências, as ações previdenciárias de aposentadoria por tempo de serviço, enfim, os números são muito elevados.

O maior desafio de uma vara cumulativa com mais de dez mil processos é lidar com o volume do acervo.

Acredito que precisamos olhar para o nosso trabalho como gestores de uma empresa e aplicar técnicas de administração para conseguir gerir a demanda. Assim, devemos organizar, planejar, criar metas e delegar.

O primeiro passo foi organizar a secretaria e o gabinete, tudo estava muito confuso e ninguém sabia o que havia de fato na vara, portanto foi esta a nossa primeira realização, fizemos mudanças até no *layout* e melhoramos a infra-estrutura de informática da 1ª Vara, com computadores modernos até para os estagiários, no início os servidores faziam rodízio para utilizar os computadores.

O segundo passo foi organizar os setores, delimitando a atuação dos funcionários e, também, delegando algumas atividades. Assim, cada um passou a compreender de fato a sua contribuição para o setor em que estava vinculado.

Outro elemento fundamental é a motivação, pois em 2006 a situação era tão ruim, que os funcionários não acreditavam que haveria solução para o volume do acervo, então foi necessária muita paciência e motivação. Posteriormente, passamos a fazer pequenas mudanças estruturais e as agregamos às já existentes. Para reduzir o número de processos conclusos, dividi o acervo por matéria, começando pelas questões previdenciárias e criminais. Outro fator fundamental é a delegação. O volume de processos é muito grande, assim a única forma de conseguir uma solução efetiva é a divisão do trabalho e a motivação da equipe de trabalho.

Inicialmente, convidamos os procuradores da fazenda e os procuradores do INSS para discutirmos estratégias e estabelecer um maior comprometimento entre os operadores do Direito e o Poder Judiciário, para estabelecermos convênios para troca de informações, organização de mutirões, etc. e, atualmente, estamos finalizando convênio com a Central de Penas e Medidas Alternativas de Piracicaba, vinculada à Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

Em relação às ações ordinárias, realizamos alterações no processamento das ações de execução de FGTS e antecipação de provas em processos de natureza previdenciária (LOAS e Aposentadoria por Invalidez). Organizamos mutirões de audiências previdenciárias e de sistema financeiro de habitação. Em razão da relevância, priorizamos os feitos previdenciários, realizamos a unificação dos despachos entre os juízes da vara,

priorizamos as ações criminais para evitar a prescrição penal e realizamos mutirões no setor de Execução Fiscal e nos setores que estão mais atrasados. Atualmente, o setor criminal possui dois servidores, e contamos com 662 feitos em andamento, entre inquéritos e ações criminais, em 2006 eram 1.012; uma redução de 34,5%.

Outro ponto essencial que eu faço questão de concretizar, em Piracicaba, é uma gestão que eu denomino de funcionalista, não admito concentração de tarefas em apenas uma pessoa, todos têm de ter um substituto, assim como o juiz titular, porque ninguém é insubstituível e o serviço público deve sempre funcionar com a máxima eficiência possível. Nesse aspecto a 1ª Vara Federal de Piracicaba é privilegiada pois, desde a sua formação, os servidores mais antigos trabalharam com o desembargador federal Luís Antônio Johonsom di Salvo, que lhes ensinou a trabalhar em todos os setores de uma vara mista federal, o que contribui para que os funcionários trabalhem em equipe e não sejam competitivos, fazendo com que todos se empenhem na busca de soluções criativas para a administração do acervo e da celeridade processual possível.

Muito embora estejamos nos empenhando ao máximo para realizar a prestação jurisdicional a contento e busquemos a racionalização do processo e da administração judiciária, só isso não basta, é preciso ampliar a estrutura da Justiça Federal para de fato concretizarmos os princípios constitucionais da celeridade processual e da dignidade da pessoa humana.



BAURU
Heraldo Garcia Vitta
Juiz Federal
2ª Vara Federal de Bauru

A “palavra de ordem” nas varas “gigantes” é otimização do tempo: através de procedimentos que visem agrupar em lotes idênticos ou similares os feitos, seja através da fase, do assunto ou do grau de urgência/prioridade.

Algumas sugestões são ou foram testadas por esta vara e deram resultados significativos, quais sejam:

- Lotes similares, separados através de constantes análises dos feitos, distribuindo-os por fase (o mais minuciosamente/convenientemente possível) – ou seja, um número muito pequeno de feitos na fase não convém deixar isolado e sim guardar em “diversos”;
- Fazer uso do Sistema Processual (MVCX, MVAX, MVTP...), do Word (Malas Diretas...) e até mesmo na troca de capas e impressão de etiquetas (quando juntado um número significativo de feitos para confecção ou troca);
- Nas juntadas, uma separação prévia, com análise do tipo

de documento, auxilia na agilidade de alimentação do Sistema Processual (TUMP), na confecção das certidões de juntadas (separando-as por tipo) e até mesmo na destinação dos feitos que tiveram a juntada de documentos/ petições;

- Portarias que autorizem procedimentos, sem prévio despacho, que tornam mais ágil e eficaz a prestação jurisdicional;
- Agrupamento, também, levando-se em conta o tempo e o grau de urgência, seja no cumprimento de despachos ou na elaboração de minutas, para que se possa, sempre, ter uma noção quase exata dos atrasos da secretaria/gabinete;
- Quando da elaboração de minutas de despacho, providenciar, ao mesmo tempo, a sua remessa para publicação e/ ou cumprimento de eventuais determinações, expedindo-se o necessário;
- Minutas iniciais nos casos de LOAS, auxílio doença, aposentadoria por invalidez... já determinando a produção de provas;
- Agilizar, na medida do possível, a tramitação dos processos próximos ao fim ou com recurso para o TRF, visando uma efetiva prestação jurisdicional;
- Proceder à triagem das petições diárias, separando as peças por tipo: contestações, réplicas...;
- Abrir mão de prazos para entrega de certidões ou cópias, quando simples ou em pouca quantidade, aproveitando-se que o atendimento do balcão já está sendo feito e o manuseio dos autos também;

Os setores deveriam manter contato e troca de idéias e experiências. Quando um procedimento agiliza e otimiza o trabalho de um setor ou uma pessoa, deve ser compartilhado, a título de sugestão. Seria o aperfeiçoamento coletivo.

Não ter receio de propor idéias. Com uma quantidade tão alta de feitos, é muito válido tentar mecanismos não provados ainda, pois, dando certo, certamente será de grande utilidade. A cautela fica em serem testadas as idéias novas em poucos feitos... “projetos piloto”. “Explorarmos” os conhecimentos dos colegas mais talentosos com os meios informatizados, mais hábeis no uso do Sistema Processual, desvendando e simplificando nosso cotidiano.

As varas “gigantes” necessitam de atenção especial. Em qualquer seguimento da vida podemos enfrentar situações, pessoas ou momentos que requeiram atenção especial. Precisamos ter consciência disso. A coisa passa muito por vestir a camisa e fazer o melhor de si.

Este espaço é reservado para os magistrados da Justiça Federal de São Paulo divulgarem suas opiniões e debaterem acerca de desafios na administração de Varas e Fóruns. Interessados em participar devem encaminhar seu texto ou sugestão de pauta para o endereço: jf-imprensa@jfsp.jus.br.

Estágios na Justiça Federal

Como funciona esta importante etapa da carreira do jovem

Viviane Ponstinnicoff

Os estagiários são bem-vindos na Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo. A instituição tem um programa de estágio remunerado vigente há dez anos em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), instituição filantrópica mantida pelo empresariado nacional.

Direito, engenharia, arquitetura, psicologia, odontologia, jornalismo, economia. Vários setores abrigam esses jovens que buscam uma oportunidade de trabalho antes de saírem da faculdade. Na Justiça Federal os estagiários trabalham quatro horas por dia, e, por lei, podem ficar até dois anos. Os benefícios são: bolsa auxílio, auxílio transporte e recesso de 30 dias a cada 12 meses de estágio.

“O estágio proporciona ao estudante universitário a prática de trabalho que ele não tem em sala de aula, além de familiarizá-lo com o meio em que atuará após a graduação”, diz Adriana Ferreira Lima, diretora do Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento em Recursos Humanos (NUDE).

Justiça agrega ao estagiário; estagiário agrega à Justiça

Para Adriana, os estagiários ajudam muito a instituição, pois “querem aprender, possuem iniciativa e apresentam novas idéias”. Além de ajudar no andamento dos trabalhos dos fóruns, a vivência dos estagiários nesses locais agrega conhecimento prático para a sua própria formação. “A grande maioria dos nossos estagiários é da área jurídica. Mesmo que no futuro eles se tornem advogados, levarão consigo o conhecimento e experiência”.

Para a juíza federal Renata Andrade Lotufo, diretora do Foro da Justiça Federal, o jovem traz benefícios para a Justiça e vice-versa. “Medidas inovadoras e idéias antes não concebidas já foram trazidas por sugestões dos mais jovens, mais acostumados com inovações tecnológicas e com o olhar externo da população. A Justiça Federal, por outro lado, pode proporcionar ao estagiário a experiência única de ver por dentro o que é participar de um dos três poderes, de ver de perto como a Justiça funciona efetivamente”.

Atualmente, a Justiça Federal de São Paulo possui 720 vagas para estagiários, que ficam abertas o ano todo. Adriana explica que essas vagas são rotativas, seja por

encerramento de contratos (tempo limite de dois anos) ou pela formação do estagiário, este número varia de mês para mês. “Em fevereiro deste ano encerramos com aproximadamente 600 estagiários”.

Estagiário escolhe carreira pública

Há muitos casos de estagiários que passaram pela instituição e resolveram prestar o concurso para entrar como funcionário efetivo.

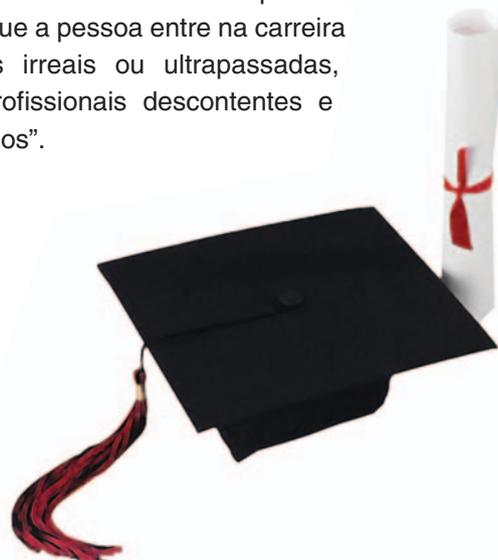
A servidora Viviane Satiko Ito fez estágio na Justiça Federal de 2000 a 2003 (na época o estágio podia durar até quatro anos) e ingressou nos quadros por concurso em 2006. Hoje ela trabalha na Seção de Treinamento e Desenvolvimento e se diz satisfeita com a escolha. “Ter feito estágio na Justiça Federal despertou meu desejo de seguir uma carreira pública, tanto pela estabilidade, como também pelas pessoas que conheci. Quando fiz o estágio era supervisionada por pessoas muito humanas, que me fizeram acreditar que eu era capaz. Prestei o concurso de técnico judiciário, fui aprovada e tomei posse em 2006”.

O estágio fez com que Viviane conhecesse a Justiça Federal de uma forma mais clara. “Sinto orgulho de fazer parte desta instituição e principalmente em poder ajudar os nossos colegas no que é de minha competência, não esquecendo que a instituição somos todos nós”.

Renata Lotufo concorda. “Uma decisão tão importante como prestar concurso público deve ser precedida pelo conhecimento do que é trabalhar na iniciativa privada e também na pública. Isso evita que a pessoa entre na carreira com ideias irreais ou ultrapassadas, gerando profissionais descontentes e desmotivados”.



Viviane Satiko Ito, servidora da Seção de Treinamento e Desenvolvimento





**SOMBRAS DA LEI
POLICIAL – EUA - 1997**

Um jovem advogado é o promotor de um processo contra um traficante de drogas acusado de matar dois policiais e ferir um terceiro (justamente o pai do promotor). Devido à publicidade a carreira do promotor deslança, mas no julgamento o advogado de defesa faz graves acusações sobre a corrupção na polícia, que atinge a delegacia onde seu pai trabalha. Esta situação deixa o promotor dividido entre a sua carreira e a sua família.



**AS DUAS FACES DA LEI
DRAMA – EUA – 2008**

Após 30 anos como parceiro no Departamento de Polícia de Nova York, os condecorados detetives David Fisk (Al Pacino) e Thomas Cowan (Robert De Niro) são chamados para investigar o assassinato de um conhecido cafetão que parece ter ligação num caso que também os envolveu há alguns anos atrás. Como no crime original a vítima é um criminoso suspeito, quando outros crimes do gênero acontecem, fica nítido que eles estão às voltas com um *serial killer*.



TUTELA JURÍDICA DO DIREITO À SAÚDE DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – 2009 – JURUÁ EDITORA EDUARDO JANNONE DA SILVA

Também trata das normas tuteladoras do direito à saúde e das pessoas portadoras de deficiência em vigor nos planos nacional e internacional, e enfatiza a importância das *ajudas técnicas* para inclusão ou reinserção social e alcance de vida com dignidade por parte de pessoas com deficiências, nos limites não raro impostos pela própria patologia, como previsto na Constituição e em instrumentos internacionais de direitos humanos.



FUNÇÃO REGULAMENTAR E REGULAMENTOS –2009 – EDITORA FORENSE – JOSÉ CARLOS FRANCISCO

Além de dados sobre a utilização de regulamentos em diversos países, este livro apresenta aspectos teóricos e práticos sobre o emprego dos regulamentos do Poder Executivo, incluindo os fundamentos constitucionais e as modalidades dos regulamentos de execução, dos regulamentos delegados, independentes e autônomos.

VOCÊ E SUA ESTAÇÃO DE TRABALHO



Para encarar horas de uma jornada de trabalho é necessário atenção e alguns cuidados especiais com a saúde. Um dos fatores que contribuem para a redução da produtividade pode ser o uso contínuo e inadequado do computador, proporcionando o surgimento de lesões que atacam mãos, punhos, braços, antebraço, ombros e costas.

Procure evitar movimentos bruscos ou se contorcer para pegar objetos, prefira levantar e andar usando movimentos firmes para pegá-los. Deixe o teclado na mesma altura dos cotovelos. A posição para a tela do computador é de aproximadamente 40 a 70 cm dos olhos.

Ajuste o encosto da cadeira levemente inclinado para trás, o que diminuirá tensões musculares na região da coluna. Mantenha o cotovelo rente ao corpo e um espaço entre a dobra do joelho e a extremidade final da cadeira. Ao estimular esses hábitos os benefícios são imensos: servidores mais alertas e motivados, baixas taxas de enfermidade e fadiga, além de suas tarefas se tornarem mais leves e fáceis. (EC)

CARTAS

“Achei muito oportuno a reportagem sobre o complexo da Presidente Wilson no exemplar de número 10. É ótimo que seja veiculado que aquele amplo espaço onde antes era um depósito de móveis e equipamentos descartados pelos fóruns, hoje está sendo ocupado por alguns setores importantes para o andamento das varas” – Nei Nogueira Sobrinho, SUAP Santo André

“Gostaria de parabenizá-los pela matéria veiculada na última edição da Justiça em Revista, sobre o serviço psicossocial na Justiça Federal. A divulgação do trabalho das diversas áreas da administração é de extrema utilidade para todos os servidores!” - Débora Diniz Donato, O&M Administrativo José Bonifácio.



Este espaço é dedicado a todos que queiram enviar suas opiniões, sugestões, elogios e críticas. Encaminhe seu texto para jf-imprensa@jfsp.jus.br



Campanha de Arrecadação de Roupas para o Frio

De 01/05 a 30/06/2009

Doe Roupas a quem precisa e aqueça o seu coração.

S2009
olidariedade